

**As paisagens da Praça Tiradentes em Ouro Preto - MG:
permanências e rupturas como lócus da memória coletiva e
ação turística**

*Los paisajes de la plaza Tiradentes en Ouro Preto (Minas Gerais):
continuidades y rupturas como lugar de la memoria colectiva y la
actividad turística*

EIXO 6-07 - Patrimônio ambiental entre memórias e valores

Queiroz, Débora da Costa.

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
deboraqueiroz25@gmail.com.

Souza, Mariana Chaves Monti.

Mestranda em Geografia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
marianacms13@gmail.com

Resumo: O presente trabalho consiste em apresentar uma análise da paisagem da Praça Tiradentes, localizada no centro histórico de Ouro Preto-MG, sendo a primeira cidade que possui o título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1980. O objetivo consiste em debater sobre as dimensões políticas e culturais presentes neste espaço público que evidenciam a sua importância como uma centralidade democrática, desde o período colonial até a contemporaneidade, considerando as dinâmicas socioespaciais presentes à luz da análise crítica dos processos de patrimonialização e turistificação, tendo como categorias analíticas a tríade patrimônio-turismo-paisagem. Assim, pretende-se problematizar e relatar as manifestações políticas e culturais existentes na Praça Tiradentes, como o movimento de 08 de março organizado pelos movimentos e coletivos feministas, o Carnaval, os Festivais de cunho popular e patrocinados pela iniciativa privada, as manifestações políticas contra cortes orçamentários e a luta pela democracia. Dessa forma, a praça tem um papel crucial na democracia ouropretana para além do seu grande aspecto simbólico em consonância com os princípios do direito à cidade, cunhado por Henri Lefebvre, uma vez que o título de Patrimônio Cultural da Humanidade vem acompanhado com vários impactos na sua paisagem gerados pelo turismo. Portanto, torna-se crucial problematizar quais são as

classes sociais que possuem acesso ao direito à cultura e se apropriam desse bem cultural, exemplificado na seguinte frase: “O patrimônio cultural é da humanidade, mas não é da comunidade”.

Palavras-chave: paisagem urbana; espaço público; praça tiradentes; turismo.

Resumen: El presente trabajo consiste en presentar un análisis del paisaje de la Plaza Tiradentes, situada en el centro histórico de Ouro Preto (Minas Gerais), la primera ciudad que recibió el título de Patrimonio Cultural de la Humanidad otorgado por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) en 1980. El objetivo es debatir sobre las dimensiones políticas y culturales presentes en este espacio público que evidencian su importancia como centro democrático, desde el período colonial hasta la contemporaneidad, considerando las dinámicas socioespaciales presentes a la luz del análisis crítico de los procesos de patrimonialización y turistificación, tomando como categorías analíticas la tríada patrimonio-turismo-paisaje. Así, se pretende problematizar y relatar las manifestaciones políticas y culturales existentes en la Plaza Tiradentes, como el movimiento del 8 de marzo organizado por los movimientos y colectivos feministas, el Carnaval, los festivales populares patrocinados por la iniciativa privada, las manifestaciones políticas contra los recortes presupuestarios y la lucha por la democracia. De este modo, la plaza desempeña un papel crucial en la democracia de Ouro Preto, más allá de su gran aspecto simbólico en consonancia con los principios del derecho a la ciudad, acuñado por Henri Lefebvre, ya que el título de Patrimonio Cultural de la Humanidad conlleva varios impactos en su paisaje generados por el turismo. Por lo tanto, es fundamental cuestionar qué clases sociales tienen acceso al derecho a la cultura y se apropian de este bien cultural, como se ejemplifica en la siguiente frase: “El patrimonio cultural pertenece a la humanidad, pero no a la comunidad”.

Palabras-clave: paisaje urbano; espacio público; plaza Tiradentes; turismo.

Introdução

O presente trabalho consiste em apresentar uma análise da Praça Tiradentes enquanto centralidade urbana de relevância histórico-cultural inserida na paisagem histórica urbana da cidade de Ouro Preto, primeira cidade a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1980.

Tem-se como objetivo geral refletir criticamente sobre as dinâmicas sócio-histórico-culturais identificadas na Praça Tiradentes que reforçam sua importância como centralidade democrática constituída na contemporaneidade, contextualizando o período da sua formação urbana desde o século XV ao XXI, passando pelo período do Ciclo do Ouro, imperial, a sua titulação e reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade, o primeiro Festival de Inverno na praça até manifestações políticas do século XXI.

Os procedimentos metodológicos consistiram em apresentar uma análise iconográfica da Praça Tiradentes para evidenciar a dinâmica e mudança dos seus usos juntamente com os relatos da vivência dos atores sociais como a realização do primeiro Festival neste espaço público e as manifestações urbanas devido às atividades econômicas desenvolvidas em diferentes períodos históricos. Estes procedimentos metodológicos em consonância com a leitura crítica do espaço permitirão construir uma análise crítica do patrimônio cultural urbano e da paisagem ouropretana.

Partimos do pressuposto de que o campo patrimônio cultural é um campo de disputa de narrativas, ideologias, conflitos e embates políticos (Meneses, 1978). Assim, almejamos mobilizar os seguintes conceitos-chave: paisagem, turismo e Direito à cidade. Estes conceitos mobilizados são discutidos de forma profunda nos campos da Arquitetura e Urbanismo, Geografia, História e Sociologia, por isso traremos teóricos destas áreas como o Ulpiano T. B. de Meneses, Maurice Halbwachs, Henri Lefebvre, a Dra. Flávia Nascimento, Dra. Simone Scifoni, Dr. Leonardo Castriota.

Tendo como base esses pressupostos teóricos, pretendemos neste estudo refletir criticamente sobre as dinâmicas sócio-histórico-culturais identificadas na Praça Tiradentes que reforçam sua importância como centralidade democrática constituída na contemporaneidade. Por meio da adoção da metodologia da análise iconográfica juntamente com a cronologia histórica, pautando a vivência dos atores sociais como a nossa participação em algumas das manifestações recentes com a finalidade de construir uma análise crítica do patrimônio cultural urbano.

Este artigo está estruturado em cinco partes que consiste na apresentação do recorte espacial, na contextualização histórica da Praça Tiradentes do período colonial à contemporaneidade, na discussão teórica que embasa a tríade denominada “patrimônio-turismo-paisagem”, e por último apresentaremos alguns apontamentos acerca da sua importância como centralidade democrática e as suas representações simbólicas.

Pretendemos neste estudo refletir criticamente sobre as dinâmicas sócio-histórico-culturais identificadas na Praça Tiradentes que reforçam sua importância como centralidade democrática constituída na contemporaneidade.

Recorte espacial



O município de Ouro Preto localiza-se na porção central do estado de Minas Gerais, na mesorregião de Belo Horizonte, inserida numa região conhecida como Quadrilátero Ferrífero. Seu território municipal possui área de 1.245,86 km², distribuído administrativamente em treze distritos: Distrito-sede, Cachoeira do Campo, Amarantina, Engenheiro Corrêa, Antônio Pereira, Miguel Burnier, Salto, Santa Rita de Ouro Preto e Lavras Novas, Glaura, São Sebastião e Rodrigo Silva (Figuras 1 e 2).

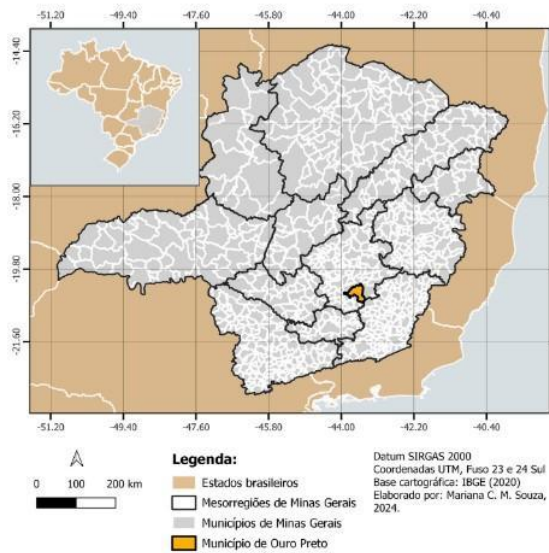


Figura 1: Mapa esquemático de localização de Ouro Preto e distritos. Fonte: Elaboração própria, novembro de 2024.

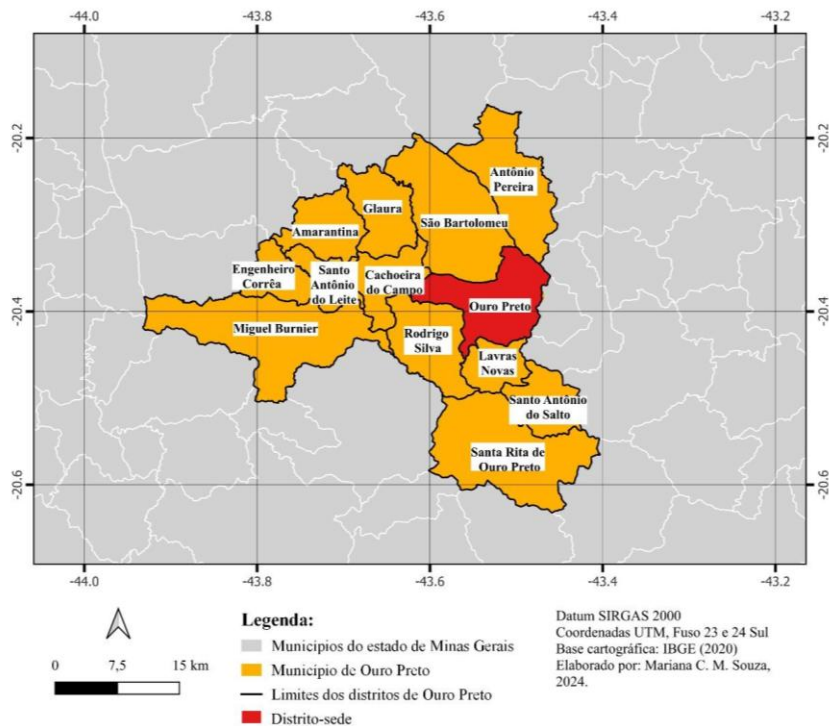


Figura 2: Localização dos distritos do município de Ouro Preto. Em destaque o Distrito-sede onde se localiza a área reconhecida como Patrimônio da Humanidade. **Fonte:** Arquivo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Ouro Preto. Adaptado pelas autoras, julho de 2024.

Segundo dados do IBGE (2025), a população estimada de Ouro Preto é de 77.914 habitantes. A distribuição populacional concentra-se no Distrito-sede e de Cachoeira do Campo, enquanto que alguns outros distritos mantêm características predominantemente rurais, como é o caso do Salto e Santa Rita de Ouro Preto.

Outro ponto relevante sobre a dinâmica populacional é a existência de uma população flutuante, ligada à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o que ocasiona fluxos sazonais de estudantes, docentes e pesquisadores.

Segundo dados do Atlas BR, 66,18% da população local é composta por pretos e pardos, evidenciando a forte herança afro-brasileira associada à história da mineração, da escravidão e das formas de organização social que marcaram a formação do município. Esse dado é particularmente relevante, porque se reflete nas desigualdades socioterritoriais marcantes na cidade (Atlas BR, 2017).

A economia de Ouro Preto como principal característica a minero-dependência, especialmente do minério de ferro, cuja extração tem grande peso econômico na receita municipal e pouco reflexo na qualidade de vida população.

Simultaneamente, o turismo cultural constitui-se como setor responsável pelos postos de trabalho nos setores de hospedagem e restaurantes, assim como contribui indiretamente para postos nos setores de serviços, comércio e eventos. O turismo emerge na cidade a partir da década de 50 do século passado e se intensifica a partir da década de 80 impulsionado pelo reconhecimento de Ouro Preto como patrimônio mundial pela UNESCO. Desse modo, essas atividades econômicas impactam diretamente a paisagem ouropretana.

Contextualização: a pérola barroca

Para compreendermos a relevância da praça Tiradentes enquanto centralidade urbana na cidade de Ouro Preto, faz-se necessário inicialmente abordarmos o processo de construção do imaginário de Ouro Preto como cidade-chave para a identidade nacional.

A cidade foi cenário da Inconfidência Mineira, cujo líder, Tiradentes, foi morto esquartejado em 21 de abril 1792 no Rio de Janeiro e sua cabeça foi exposta no Morro de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes.

Retomar este episódio é relevante porque é justo na necessidade de construção de um herói nacional na década de 30, que ressurge o legado de Tiradentes. Como consequência, a cidade de Ouro Preto desponta, a partir do movimento modernista, como emblema da herança artística colonial brasileira. Difundida, desde as primeiras décadas do século XX, como “pérola do barroco”, Ouro Preto foi progressivamente convertida em laboratório-síntese do SPHAN para a formulação de políticas culturais voltadas à construção de uma memória nacional, sendo considerada por Halbwachs (2013) - a memória coletiva mais completa.

Como defende Riegl (2014), os valores de um bem cultural não são intrínsecos, são atribuídos pelos sujeitos que interagem com eles. Assim, a representatividade de Ouro Preto foi construída, através de um processo intelectual e político conduzido por setores das elites letradas, em especial modernistas e historiadores da arte, que viam no barroco mineiro a expressão de uma suposta autenticidade brasileira. Nesse contexto, a antiga Vila Rica passou a ser interpretada como síntese

material de valores estéticos, históricos e simbólicos capazes de fundamentar uma narrativa nacional coesa, ancorada no passado colonial.

O tombamento de Ouro Preto em 1938, um dos primeiros realizados pelo Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (SPHAN), teve caráter exemplar e simbólico. Não se tratava apenas de proteger edificações isoladas, mas de afirmar a noção de conjunto urbano histórico como bem cultural de interesse público, antecipando debates que só mais tarde ganhariam maior sistematização no campo da preservação. A cidade tornou-se, assim, referência para intervenções de restauro, para a definição de critérios de autenticidade e para a articulação entre conservação do patrimônio e uso contemporâneo, ainda que muitas dessas ações tenham implicado processos de seleção, hierarquização e silenciamento de memórias dos grupos vulnerabilizados.

Posteriormente, em 1980, foi a primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. A partir desta data houve a intensificação do debate acerca da especificidades destes centros históricos pelo Comitê Mundial, e assim, resolveram criar a categoria de “paisagem cultural” com o objetivo de realizar a “proteção e valorização dos bens culturais que representam obras conjugadas do homem e da natureza” (Gimmler Netto, 2014, p. 122).

Ouro Preto é um bem cultural, cujo título de Patrimônio Cultural da Humanidade foi concedido pela UNESCO, em 1980. Desde esta data, se intensificam as discussões, no Comitê de Patrimônio Mundial, que culminou em 1992, com a criação da categoria denominada paisagem cultural. O objetivo desta categoria é a proteção e valorização dos bens culturais que representam obras conjugadas do homem e da natureza. A ênfase reside nas relações entre o homem e o ambiente, entre o natural e o cultural, ampliando o conceito de patrimônio às paisagens. (Gimmler Netto, 2014, p. 122)

A praça Tiradentes testemunhou todo este processo, como poderemos ver no tópico a seguir.

Breve historiografia: a constituição da Praça Tiradentes como centralidade

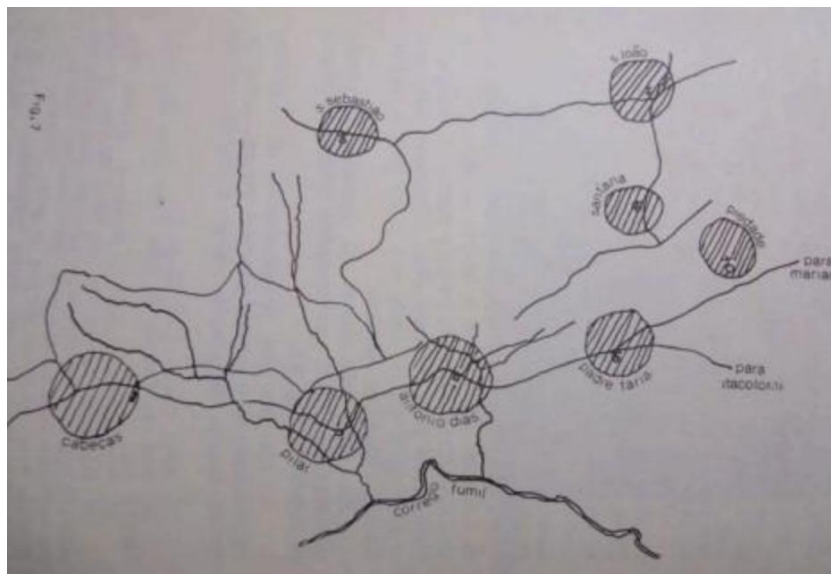
Para apresentar a importância da Praça Tiradentes como o principal espaço público do núcleo histórico de Ouro Preto, é necessário desenvolver uma síntese historiográfica do município de Ouro Preto desde a formação deste espaço público no século XVIII.

A exploração aurífera foi responsável pelo desenvolvimento da organização do território brasileiro, em especial na província de Minas Gerais. Nesse caso, Ouro Preto é um bom exemplo do aumento do seu fluxo migratório advindo de portugueses juntamente com a riqueza acarretou na rápida formação urbana da cidade (Castriota, 2009).

O espaço público hoje que conhecemos como Praça Tiradentes remonta ao antigo Largo de Santa Quitéria (em homenagem a uma capela ali erguida) constituído no período colonial, como ponto focal no processo de conurbação dos diferentes arraiais, cujo principal núcleo povoado se localizava nas proximidades da Serra de Ouro Preto (da Silva, *et al.*, 2023).

Estes arraiais se instalavam próximo às margens de rios e locais propícios à exploração aurífera e se conectavam por uma estrada sinuosa, que posteriormente seria denominada pelos estudiosos como “caminho tronco” (Vasconcellos, ano; Salgado, 2010). (Figura 3). Após a Guerra dos Emboabas, o governo da colônia resolve elevar o conjunto destes arraiais à condição de vila,

A partir desta data ocorre um processo intenso de urbanização, no qual as primitivas capelas foram transformadas nas imponentes igrejas, que hoje compõem a paisagem ouro-pretana. Pontes, chafarizes e arruamentos integram os espaços urbanos, consolidando a ocupação do território. A transformação do antigo Morro de Santa Quitéria no centro da vila a partir dos anos 1730 tem importância capital no processo de formação de Ouro Preto (Vasconcellos, 1977).



Assim, se configura, naquele período, no topo do então Morro de Santa Quitéria, um espaço cívico que sediava os principais edifícios do poder político-administrativo. Ali, além dos edifícios institucionais, constituiu-se um espaço público caracterizado pela realização de trocas comerciais entre os antigos arraiais do Pilar e Antônio Dias, sendo o primeiro majoritariamente habitado pelos “portugueses (também conhecidos como mocotós¹) e o segundo, majoritariamente habitado pelos paulistas (conhecidos como jacubas), cuja Matriz N. S. da Conceição de Antônio Dias era a principal representante” (Gimmler Netto, 2014, p. 61).

Estes dois povoados tinham no Largo seu principal elo de ligação, o que propiciou a consolidação do Caminho Tronco como eixo estruturador da sua paisagem (Salgado, 2010). Assim, estabeleceram-se no morro de Santa Quitéria as formas de poder, vigilância e controle do período colonial que eram o Palácio dos Reis e a Casa de Câmara e Cadeia na Praça em questão. Dessa



forma, o seu traçado urbano tem uma conformação de centro administrativo, conforme Salgado (2010) elucida:

Um fator importante que deve ser mencionado é o traçado da Praça Tiradentes, que se consolida como centro administrativo da cidade. Este nada mais é do que um retângulo aproximado envolvido por uma malha que se torna cada vez mais orgânica, à medida que se afasta da Praça. **Percebe-se uma tentativa de estruturação de uma malha urbana “mais ou menos” ortogonal: existem três vias paralelas, criando, próximo à Praça, quarteirões regulares. Esta tendência de regularização demonstra a preocupação da Metrópole com a ordenação do espaço urbano da Vila.** A representação da Praça marca visivelmente a sua influência na organização do traçado: o que se percebe é que todas as vias convergem para este espaço, agindo assim como um “ímã”, representando a centralidade da vida urbana da vila. (Salgado, 2010, p. 86, grifos nossos)

Em 1822, é instaurada a Independência do Brasil marcada pelo ideário do progresso. Vila Rica torna-se a Imperial cidade de Ouro Preto. Como consequência, ao longo do final do século XVIII e do século XIX, a praça foi submetida a sucessivas intervenções de regularização, incluindo movimentações de terra, construção de muros de arrimo e rampas, além da demolição da Capela de Santa Quitéria, o que permitiu a conformação de um grande platô central (da Silva et al., 2023). Nesse período, a Praça da Independência consolidou-se como principal palco simbólico da cidade, recebendo monumentos cívicos — como a Coluna Saldanha Marinho, instalada em meados do século XIX — e acompanhando as mudanças de denominação associadas aos diferentes regimes políticos, até firmar-se como Praça da Independência (da Silva, 2023).



Figura 4: Praça da Independência em 1885. Fonte: Autoria desconhecida, 1885.

O simbolismo da praça como espaço cívico surge já nos primeiros anos do período republicano, com a inauguração do “monumento intencional” (Riegel, 2014) a Tiradentes em 21 de abril de 1894 (da Silva et al., 2023). Neste mesmo local, após sua condenação e morte por esquartejamento no Largo do Rocio (Rio de Janeiro), foi exposta a cabeça de Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) (Figuras 5 e 6). Temos aí o nascedouro das políticas de construção da cidade de Ouro Preto como símbolo da nação.



Figura 5: Populares na Praça Tiradentes em 21 de abril de 1929. Fonte: Acervo IFAC, 1929.



Figura 6: Monumento a Tiradentes, ponto focal na Praça Tiradentes, em Ouro Preto - MG. Fonte: Arquivo SETIC.

Com a Proclamação da República e, posteriormente, com a mudança da capital para Belo Horizonte, os edifícios vinculados ao poderio colonial passaram por mudanças de uso, como é o caso do antigo Palácio dos Governadores, que passa a sediar a Escola de Minas a partir da transferência da capital para Belo Horizonte, como podemos ver a seguir:

Se a cidade perde sua vitalidade econômica depois do esgotamento do Ouro em inícios do século XIX, ela ainda mantém a sua função de capital do Estado por mais quase cem anos, passando a organizar sua vida econômica, social e política através das atividades administrativas, secundadas pelas comerciais e manufatureiras. Além disso, com a instalação da Escola de Minas, em 1875, Ouro Preto passa a constituir também importante centro universitário, contribuindo para a formação de uma elite técnica, que atuará de forma destacada tanto na esfera empresarial como na política brasileira. (Castriota, 2009, p. 137)

Assim, já nas primeiras décadas do século XX, com a descoberta da cidade pelos modernistas e, posteriormente, com o tombamento de Ouro Preto pelo SPHAN em 1938, a Praça Tiradentes passou a ser progressivamente reinterpretada como espaço monumental e representativo da memória nacional (Figura 7) (da Silva, 2023).



Figura 7: Cartão postal da Praça Tiradentes na década de 1940, autoria desconhecida. Fonte: Campos, 2012, p. 12.

A partir da segunda metade do século XX, intensificaram-se transformações vinculadas à modernização urbana e à introdução do automóvel, com a ampliação de vias, a adaptação do traçado ao tráfego veicular e o uso recorrente da praça como área de estacionamento, o que comprometeu suas funções de permanência e convivência (Figura 8) (da Silva *et al.*, 2023).



Figura 8: Praça Tiradentes com grande fluxo de pedestres e veículos, década de 1950. Fonte: Arquivo IFAC, 1950.

Em 1952, ocorreu outro importante marco histórico para o município de Ouro Preto relativo à espacialidade da Praça Tiradentes, em que no dia 21 de abril é transferido à capital do Estado por meio de uma cerimônia marcada pelo aspecto simbólico desta prática cultural, conforme o relato abaixo.

Todos os anos, desde 1952, no dia 21 de abril, a capital do estado transfere-se simbolicamente para Ouro Preto, ocorrendo, na praça Tiradentes, uma cerimônia, com entrega de medalhas e discursos de políticos locais e nacionais, e frequentemente, do presidente da República. Durante a ditadura, os discursos dos presidentes e dos militares buscavam ressaltar que Tiradentes era um alferes, ou seja, um militar, e vincular, dentro do imaginário anticomunista, a

imagem da Inconfidência com a luta contra o comunismo. (Kaminski, 2012, p. 80)

Nas décadas de 1960 e 1970, ocorreram diversas missões da Unesco aos centros históricos brasileiros, resultando em recomendações atreladas ao desenvolvimento do turismo nestes centros históricos (Baeta Leal, 2011).

É neste contexto de intensificação da instrumentalização da cultura como estratégia de dinamização econômica e turística de cidades históricas que surge o Festival de Inverno, inicialmente promovido pela UFMG entre 1967 e 1979. Assim, contraditoriamente, durante o período da ditadura militar, Ouro Preto se torna palco de uma efervescência cultural, num movimento de reconfiguração simbólica e funcional do espaço urbano, no qual a cultura passa a operar como vetor de atração e visibilidade nacional (Kaminski, 2012; Arantes, 2000).

A forte repercussão das edições anuais do evento, associada à tradição artística local e à chancela universitária, contribuiu para consolidar Ouro Preto como pólo cultural, ao mesmo tempo em que inaugurou dinâmicas de uso intensivo do território histórico. Ao mesmo tempo, o festival estabelece uma nova forma de fruição da Praça Tiradentes, que rompe radicalmente com os valores simbólicos até então associados ao espaço.

Esta apropriação disruptiva da Praça, ligada à presença massiva de um público jovem, produziu conflitos significativos com a conservadora população local, que questionava o consumo de álcool e drogas, a liberalização de comportamentos sexuais e a superlotação da cidade que possuía uma limitada infraestrutura turística, conforme defende Kaminski (2012).

A exploração do turismo era um dos interesses iniciais que permitiram seu surgimento. Parte das pessoas, que não eram necessariamente turistas, que iam à cidade atraídas pelo “clima” do Festival, era formada por jovens que se apropriavam de diferentes formas do pensamento e das práticas da chamada contracultura e das críticas aos costumes e valores tradicionais. Entre os turistas e visitantes que iam a Ouro Preto durante o Festival havia uma grande população de jovens de todos os tipos. Desde os que iam a Ouro Preto só para “curtir” o fim de semana até os hippies que chegavam no início de junho e iam embora no fim de agosto, que vendiam artesanato, acampavam nos adros das igrejas. (Kaminski, 2012, p. 16 -17)

A mesma praça que presenciava no período ditatorial a realização de festivais, eventos e a utilização do simbolismo da figura de Tiradentes como herói nacional, também se tornou palco de manifestações e protestos, como o organizado pelos estudantes, em 1967:

Foi neste contexto que o primeiro movimento pela aquisição de novas moradias se organizou em Ouro Preto, em 1967, sendo marcado pelo acampamento de estudantes na Praça Tiradentes. Munidos de faixas e cartazes, eles pernoitaram

em frente à instituição por trinta dias, até que fosse formada uma comissão para avaliar a compra de novas casas. (Silveira *et al.*, 2017, p. 91)

Já na década de 80, a Praça Tiradentes foi palco de diversas manifestações do Movimento Diretas Já, que lutava pela redemocratização e pela realização de eleições livres. E após a redemocratização, porém num forte contexto de políticas neoliberais, na década de 1990 é lançado o Programa Monumenta, cujas intervenções buscavam potencializar o “city marketing” (Arantes, 2000), e vendia-se a revitalização dos espaços para a fruição turística.

Dentre as intervenções realizadas pelo programa na cidade, destacamos o alteamento da pavimentação da Praça Tiradentes (inaugurado em 2009), visando à restrição do trânsito e à valorização do pedestre (Bonduki, 2010).

A intervenção realizada pela Prefeitura, era justificada pelo fato de que o estacionamento existente impedia a percepção e fruição da paisagem cultural na sua totalidade (Figura 9), como a fruição do bem cultural da Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu da Inconfidência), revelando a permanência de conflitos já citados entre preservação patrimonial, mobilidade urbana e usos cotidianos, evidenciando a Praça Tiradentes como um espaço urbano em permanente negociação entre monumentalidade histórica e demandas contemporâneas (da Silva, 2023).



Figura 9: Praça Tiradentes tomada pelos automóveis. Fonte: Bonduki, 2010, p. 107.

Neste contexto de acirramento das políticas neoliberais, a Praça foi palco de diversas manifestações políticas na década de 1990, dentre as quais destacamos a ocorrida em 21 de abril de 1998, conforme destaca o Jornal Folha de São Paulo:

Por volta das 11h, cerca de 120 sem-terra, acompanhados de representantes de partidos políticos, coordenadores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e outros manifestantes, chegaram à praça em passeata.

Os sem-terra, que participaram do protesto que marcou o segundo ano do massacre de Eldorado do Carajás, dia 17, em Belo Horizonte, foram em marcha até Ouro Preto no sábado.

A segurança do evento neste ano foi reforçada. Cerca de 600 PMs, o dobro do efetivo de 97, participaram da operação. Não houve confronto, mas muitos policiais carregavam cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo.

Durante a cerimônia -entre 11h e 12h30-, os manifestantes gritaram palavras de ordem e xingaram o governador Eduardo Azeredo e o presidente Fernando Henrique Cardoso de "ladrão". Eles carregavam bandeiras e faixas com mensagens denunciando o caos na educação e contrárias a FHC.

Em 2001, ocorreu o show da banda mineira chamada Skank na Praça Tiradentes e gravaram o álbum denominado "MTV ao vivo" durante os dias 7 e 8 de julho. É a primeira gravação de dvd que ocorreu na Praça Tiradentes e contou com um público aproximadamente de 50.000 pessoas, sendo considerada um marco histórico para o município (Galilé, 2023; Jornal Voz Ativa, 2025).

No século XXI, a Praça Tiradentes ganha uma nova centralidade política por causa das diversas manifestações políticas que aconteceram voltadas aos protestos contra os cortes da educação nas universidades federais, de "8 de março" referente às pautas das mulheres para a reivindicação de seus direitos e contra os casos de assédio presentes na sociedade patriarcal e machista, o protesto "Ele não" contrário à eleição do candidato Jair M. Bolsonaro. A ocupação da Praça pelos movimentos sociais no primeiro quartel do século XXI se mantém. A Praça Tiradentes, na atualidade, é comumente ponto de partida ou ponto de chegada nas manifestações, além de ser parada obrigatória.

A sua importância simbólica é reativada para evidenciar quais são as problemáticas urbanas que afetam o município na escala local e a luta política frente a realidade política no nível estadual e nacional. É possível citar o exemplo da Manifestação de Saneouiro realizada no ano 2021 (Figuras 10a e 10b), em que se refere ao abastecimento de água, em que reuniu militantes de diferentes partidos da esquerda contra os abusos da empresa de abastecimento de água em que denunciam as cobranças abusivas de tarifas, a falta de abastecimento e má qualidade da água, repetidas inúmeras vezes, sendo a mais recente aconteceu em 2023 (CUT-MG, 2023).



Figura 10a: Protesto Fora Saneouiro na Praça Tiradentes em 2021. **Figura 10b:** Protesto contra a lgbtfobia na Praça Tiradentes em 2018. Fonte: Acervo das autoras, 2018 e 2021.

Em 2023, a Praça Tiradentes seria o local da realização da gravação do DVD do show chamado "Diferentão", do cantor Dilsinho, no dia 10 de setembro (domingo). Este acontecimento na Praça recebeu uma ação pública movida pelo escritório do Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN) de Ouro Preto devido ao impacto e dano que causaria ao patrimônio cultural da Praça. Este processo foi julgado pelo juiz Federal João Batista em que estipulou a suspensão da gravação conforme está relatado abaixo:

(...) suspendam IMEDIATAMENTE o “Show Diferentão 2”, que está agendado para ocorrer na Praça Tiradentes de Ouro Preto/MG no dia 10/09/2023 ou realize o evento em OUTRO LOCAL (conforme orientação dos órgãos competentes), cessando imediatamente a sua divulgação e a montagem de estrutura, considerando a ausência de PPCIP no Museu, o curto-circuito ocorrido recentemente durante festividades e a ausência de autorização do IPHAN para sua realização (com análise da documentação no devido processo legal de 45 dias), esclarecendo tais fatos aos cidadãos, sob pena de multa de R\$500.000,00 (quinhentos mil) reais, sem prejuízo de responderem os seus representantes legais por crime de desobediência. (BRASIL, 2023, p. 1)

A liminar do processo relatada acima afirma que não houve autorização do IPHAN para a realização do show na Praça Tiradentes, uma vez que apresenta bens culturais tombados e inventariados devido a sua importância histórica e cultural. No entanto, foi veiculado nas mídias para a população que o impedimento do show foi devido ao IPHAN sem mencionar a justificativa do órgão de preservação e veicular a narrativa completa de que o órgão não recebeu nenhuma solicitação da realização do evento. Este embate no campo da cultura revela a dimensão de disputa e conflitos inerentes ao campo da preservação (Menezes, 1978) e demonstra a importância do posicionamento assertivo do poder público referente à gestão urbana de Ouro Preto enquanto cidade titulada como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Análise crítica do patrimônio-turismo-paisagem: Praça Tiradentes e suas diferentes temporalidades e representações simbólicas

Segundo Choay (2006), a progressiva “monumentalização do passado” ocorre quando um espaço urbano é reorganizado para materializar valores políticos e pedagógicos específicos, ao mesmo tempo em que outras camadas da experiência urbana são apagadas ou subordinadas. Neste sentido, a incorporação de monumentos cívicos e a sucessiva renomeação da praça ao longo do século XIX reforçam essa função simbólica, evidenciando, como aponta Menezes (1992), o papel dos espaços públicos na construção de uma memória histórica oficial, marcada por seleções, hierarquias e silenciamentos.

Vale mencionar que estes monumentos históricos foram os primeiros a serem preservados juntamente com os exemplares de igrejas barrocas (arquitetura religiosa) a serem preservadas com a finalidade de construir uma identidade nacional brasileira. Assim, o início do SPHAN se constituiu pela preservação do patrimônio arquitetônico das cidades coloniais e de monumentos históricos que documentava e sustentava a história oficial do Estado-nação brasileiro (Fonseca, 2005). Em destaque o município de Ouro Preto como primeira cidade eleita a categoria de “monumento nacional” pela União “por meio do decreto presidencial nº 22.928, de 12 de julho de 1933” (Ribeiro, 2012, p. 235).

Este município é mais tarde tombado como patrimônio nacional em 1938 pelo SPHAN, recentemente criado em 1937 com a finalidade da preservação do seu conjunto se caracterizando como símbolo nacional (Fonseca, 2005) e, posteriormente há a realização dos tombamentos dos seus exemplares de arquitetura religiosa até a sua importância cultural ser tutelada pela Unesco com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na década de 80.

Essa tutela como cidade colonial e representativa da arquitetura barroca mineira transforma-se pelo processo de patrimonialização conforme Jeudy (2005) define. Este processo atua como um

dispositivo que tende a cristalizar o espaço urbano, modificando-o em cenário estabilizado da memória, frequentemente dissociado de seus usos sociais e práticas culturais cotidianas (Jeudy, 2005).

A patrimonialização juntamente com o fenômeno do turismo promove vários lugares na categoria de “lugares turísticos” segundo a abordagem das “Cidades marketing” ou “cidades cenário”, oriundos da sociedade do espetáculo que se apropria da cultura para a venda e consumo de suas paisagens. Apesar das inúmeras tentativas de cenarização da paisagem ouropretana, esta ainda preservando sua dimensão política e social (Arantes, 2000; Jeudy, 2005).

Considerando todas as complexidades deste palimpsesto, defendemos que a Praça Tiradentes também pode ser compreendida a partir da noção de “paisagem de poder” proposta por Sharon Zukin (2000), na qual a forma urbana expressa disputas entre interesses institucionais, econômicos e sociais, revelando conflitos entre o espaço vivido e o espaço representado.

Partindo de que a paisagem apresenta essa multiplicidade de interpretações e conceituações elencadas acima, faz-se necessário abordar a atuação da indústria turística na produção de “paisagens pós-modernas” (Zukin, 2000), compreendendo o fenômeno do turismo marcado pelo consumo visual das paisagens e, muitas vezes mascara as suas contradições sociais inerentes, promovem o controle social e amplifica a segregação socioespacial, sob a justificativa da alta rentabilidade financeira (Zukin, 2000; Meneses, 2002).

Nesse sentido, o turismo cultural fundante no município de Ouro Preto por meio dos Festivais de Inverno ocorreu em outras modalidades como incentivo a shows e festas como o Carnaval e a Festa do 12, ampliado pela participação do público universitário da UFOP e do grande fluxo de turistas (Castriota, 2009). Assim, o planejamento turístico cria e vende novas experiências no núcleo histórico de Ouro Preto, afetando diretamente a Praça Tiradentes que apresenta um número considerável de bares e cafeterias, bastante convidativos para serem consumidas tendo como painel de fundo a bela paisagem bucólica de uma cidade colonial mineira.

Esta correlação entre a apropriação da Praça Tiradentes e o fenômeno do turismo discutida à luz da leitura crítica do espaço urbano, uma vez que o turismo cultural é uma atividade originária do capitalismo, que na atualidade na forma de indústria do turismo promove a mercantilização das cidades, ou seja, realiza a venda da experiência cultural e da sua paisagem. Portanto, a política do turismo de forma predatória potencializa os processos de mercantilização da cidade e da sua cultura, muitas vezes é combinada com a ausência de políticas públicas voltadas à inclusão, à memória e ao reconhecimento das populações historicamente subalternizadas.

Ao analisarmos a Praça Tiradentes segundo a tríade proposta patrimônio-turismo-paisagem, constatamos que o impacto do turismo na Praça se iniciou antes de receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1980 como foi evidenciado acima na contextualização histórica.

Retomando brevemente apenas na década de 70, a categoria de paisagem tornou-se presente nas discussões no campo do patrimônio cultural pela Unesco. O seu debate como paisagem cultural pela Unesco teve sua definição inicial como “estrutura do ecossistema” (Custódio, 2014, p. 55) em 1971 e no ano seguinte há a realização da “Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Nacional” em que a sua menção é secundária. Nesta Convenção, a proteção da

paisagem aparece, mesmo que em segundo plano, em relação ao patrimônio histórico e natural, e ainda está interligada à estética diferente das outras áreas do conhecimento (Custódio, 2014).

Na perspectiva geográfica, a paisagem cultural é formada por elementos materiais, imateriais e dinâmicas naturais e apresenta diferentes temporalidades (Nascimento e Scifoni, 2010). Dessa forma, manejar o conceito de paisagem se caracteriza por realizar um recorte territorial da paisagem para analisar os diferentes processos presentes nela, como consequência se considera as relações da sociedade com a natureza, o espaço urbano e o rural, natureza e cultura, entre outras. Em síntese, a perspectiva da paisagem cultural é oriunda da construção histórica e social a partir da natureza, constituída de uma materialidade e de conteúdos e significados a serem interpretados (Nascimento e Scifoni, 2010).

A apropriação por diferentes grupos sociais na Praça Tiradentes se revela em consonância com os princípios do Direito à cidade como um direito coletivo de transformação da cidade, como as lutas urbanas dos movimentos sociais (Lefebvre, 2001; Harvey, 2014). No entanto, a sua apropriação cultural por diferentes classes sociais dos ouropretanos em primeiro lugar, e não a prioridade de eventos “privativos” visando o público dos turistas exclusivamente, coloca em risco o seu papel democrático de acesso para todos de um espaço público por excelência.

O conceito de direito à cidade é muito mais abrangente sendo que envolve a capacidade de mudar e reinventar a cidade por meio do poder coletivo (Harvey, 2014), esta dimensão cultural, política e social está presente na diversidade dos movimentos sociais que ocuparam a Praça Tiradentes desde o final do século XX com mais intensidade por volta dos anos 2000, quando a praça é parada obrigatória nas manifestações sendo ponto de partida ou ponto de chegada. A sua importância simbólica é reativada para evidenciar quais são as problemáticas urbanas que afetam o município na escala local e a luta política frente a realidade política no nível estadual e nacional, conforme os exemplos supracitados: o Movimento Diretas Já, protesto do Fora Saneouro, “Ele não”, entre outros.

Na acepção ampliada de Direito à cidade de Lefebvre (2001), defendemos que o acesso à habitação, ao saneamento básico, à cultura e ao lazer são direitos básicos que devem ser providos pelo Estado em suas diferentes instâncias no campo da Políticas Públicas de gestão urbana. No entanto, a prática destes direitos não se realiza em diferentes bairros de Ouro Preto, e a desigualdade social e segregação está presente apesar de ser uma cidade que recebe bastante investimento financeiro e, consequentemente, apresenta uma boa arrecadação anual proveniente do turismo.

Nesse sentido, o fenômeno do turismo apesar de proporcionar uma grande arrecadação para o município, este investimento retorna principalmente para o centro histórico de Ouro Preto e a indignação da população se revela de diversas manifestações de ocorridas em diversos pontos da cidade (inclusive nos muros do Museu da Inconfidência) entre os anos de 2017 e 2018 com a seguinte frase: “A cidade é da humanidade, mas não é da comunidade” (Figura 11).

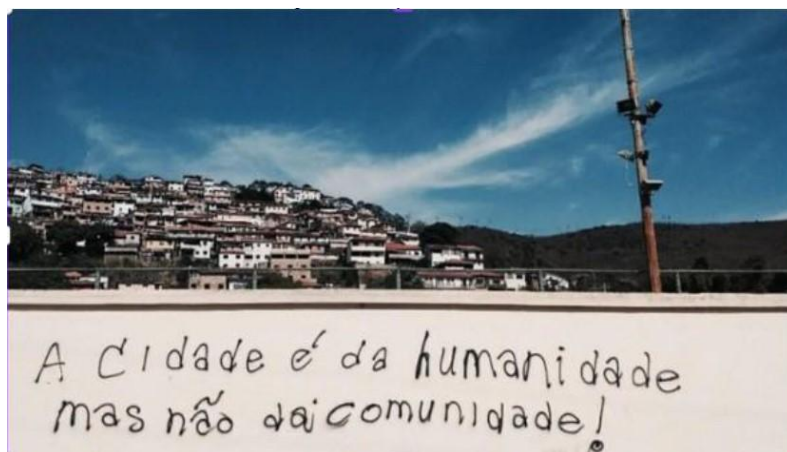


Figura 11: Pichação feita no bairro Barra entre os anos de 2017 e 2018. Fonte: Acervo das autoras.

Tais manifestações, de forte simbolismo, sintetizam múltiplas vozes da periferia ouropretana dada a concentração de acesso à cultura, à habitação, à saúde, ao transporte e ao lazer, entre outras dimensões da vida urbana no centro histórico em comparação com os bairros periféricos que possuem estes acessos de forma bem precária.

Apresentamos os diferentes conflitos, disputas de poder e apropriação política e cultural para embasar a nossa análise de que a Praça Tiradentes continua sendo um espaço público marcado pela diversidade de usos sociais, representativa da memória coletiva de diferentes grupos sociais e se consolida pela sua forte representação simbólica, viva e pungente.

Considerações finais

As transformações sofridas pela Praça Tiradentes até a contemporaneidade evidenciam as diferentes formas simbólicas passando pela construção do Tiradentes como símbolo da cultura nacional, a sua importância histórica como capitania de Minas Gerais, a importância dos Festivais como atrativo turístico, a intervenção do programa Monumenta, a presença de diferentes shows e de vários protestos e manifestações políticas. Assim, houve a construção de diferentes memórias coletivas bem representativas no contexto nacional, estadual e municipal, com destaque para a última escala em que a população ouropretana continua percebendo este espaço público na sua dimensão democrática e espaço de luta para protestar e expor as reivindicações de melhoria para a cidade em questão.

Pretendeu-se apresentar uma cronologia histórica dos eventos que ocorreram na Praça Tiradentes como as manifestações políticas e culturais com a finalidade de problematizar a sua centralidade democrática e cultural no município de Ouro Preto. As manifestações apresentadas foram os Festivais de Inverno, como o movimento de 08 de março organizado pelos movimentos e coletivos feministas, o Carnaval, os Festivais de cunho popular e patrocinados pela iniciativa privada, as manifestações políticas contra cortes orçamentários e a luta pela democracia.

Em relação ao estudo de caso, a Praça Tiradentes no período colonial até a atualidade, constatamos a sua centralidade econômica, política e cultural apesar da mudança dos usos segundo as ações da sociedade e do poder público condicionadas ao fenômeno da urbanização e do turismo. Portanto, a sua definição como lócus da memória coletiva no município ainda é bastante pertinente.

Em relação a análise crítica dos processos de patrimonialização e turistificação, tendo como categorias analíticas a tríade patrimônio-turismo-paisagem é possível inferir que a venda da paisagem patrimonializada da Praça Tiradentes foi potencializada pelos processos de mercantilização da cidade pela indústria do turismo e pela ausência de políticas públicas voltadas à inclusão, à memória e ao reconhecimento das populações historicamente subalternizadas.

Salientamos a importância de desenvolver a reflexão da Praça Tiradentes na sua centralidade atual para o campo do patrimônio cultural na sua contemporaneidade, considerando as dinâmicas socioespaciais ocasionadas pelo processos de turistificação recorrentes no município e os seus impactos gerados na paisagem. Também reforçamos que não defendemos a museificação do centro histórico e muito menos o seu congelamento, porém preservar um espaço público histórico vai além do tombamento de bens culturais de forma isolada e a importância de desenvolvimento de outras medidas cautelares de preservação para lidar com a dinamicidade e desafios das cidades patrimônio na atualidade.

Referências

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 11-74.

ATLAS BR, Atlas Brasil. Perfil do município de Ouro Preto. (2017) Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/31460>. Acesso em: 02 jan. 2025.

BAETA LEAL, Cláudia F. (org.). As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.f

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Plantão Judicial. **Decisão no Processo nº 1003668-30.2023.4.06.3822**. Juiz Federal João Batista Ribeiro. Belo Horizonte, 08 ago. 2023. Disponível em: pje1g.trf6.jus.br... Acesso em: 12 jan. 2026.

BUENO, Fernanda Alves de Brito; PAES, Eloina Caroline Ferreira; SILVA, Marcus Vinícius Costa. Elos entre o passado e o presente nas estruturas arquitetônicas do parque arqueológico do morro da queimada em Ouro Preto/MG. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, p. 3733-3751, 2023.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

CAMPOS, Kátia Maria Nunes. Vila Rica: Formas espontâneas e Planejadas num traçado Urbano Setecentista. In: **IX Jornada Setecentista: “Os domínios ibéricos e suas fronteiras”**, 2012, 15 p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos**. Belo Horizonte: Annablume / IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CUSTÓDIO, Marluce Maria. **Introdução ao direito de paisagem**: contribuição ao seu reconhecimento como ciência do Brasil. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2014.

CUT-MG. Protesto contra a Saneouro e a privatização do saneamento marca o Dia Mundial da Água. Disponível em: <https://mg.cut.org.br/noticias/protesto-contr-a-saneouro-e-a-privatizacao-do-saneamento-marcam-dia-mundial-da-e200>. Acesso em: 15 jan. 2026.



DA SILVA, Júlia Beatriz de Souza Briet; TORRES, Yuri Queiroz Abreu; BUENO, Fernanda Alves de Brito; ARAÚJO, Alice Viana de. Praça Tiradentes, em Ouro Preto/MG: dimensões historiográficas e simbólicas em seu cotidiano. In: **Anais do XX ENANPUR**, 2023, 20 p.

FOLHA DE S. PAULO. **Protesto marca comemoração de Tiradentes em Ouro Preto**. (1998) Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc22049827.htm>. Acesso em: 10 jan. 2026.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

GALILÉ. Antes de Dilsinho: Ouro Preto já foi cenário para gravação de DVD histórico. Disponível em: https://galile.com.br/antes-de-dilsinho-ouro-preto-dvd-historico/#google_vignette. Acesso em: 15 jan. 2026.

GIMMLER NETTO, Maria Manoela. **A Paisagem de Ouro Preto**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2014.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades - Ouro Preto (2025). Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/ouro-preto.html>. Acesso em: 02 jan. 2025.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JORNAL VOZ ATIVA. 10 Shows em Ouro Preto que cravaram seu nome na história da cidade. Disponível em: <https://jornalvozativa.com/colunas/popup/10-shows-em-ouro-preto-que-cravaram-seu-nome-na-historia-da-cidade/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

KAMINSKI, Leon Frederico. **Por entre a neblina**: o Festival de Inverno de Ouro Preto (1967-1979) e a experiência histórica dos anos setenta. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP**, São Paulo, v. 34, pp. 9-24, 1992.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. **C. J. Arquitetura**, São Paulo, ano 5, n. 19, pp. 45-46, 1978.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**. São Paulo, n. 10, pp. 29-48, 2010.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo o tombamento das casas históricas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília**, n. 34, pp. 223 - 247, 2012.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014.



SALGADO, Marina. **Ouro Preto: paisagem em transformação**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

SETIC, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Monumento de Tiradentes. Disponível em: <https://www.ouopreto.mg.gov.br/turismo/atrativo-item/1364>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SILVEIRA, Marco Antonio; MAIA, Marta Regina Maia; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SILVA, Camilla Cristina (Orgs.). A UFOP E A LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR. Relatório Final do Grupo de Trabalho da Universidade Federal de Ouro Preto instituído com a Comissão da Verdade em Minas Gerais. sem página. Dezembro de 2017. Disponível em https://www.ufop.br/sites/default/files/relatorio_gt_ufop_1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica**. São Paulo: Editora Perspetiva. 2012.

ZUKIN, Sharon. Paisagens pós-modernas: mapeando o poder e a cultura. In: ARANTES, Antonio. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. pp. 80 -113.